Escritos do genocídio: *A fome* e *Famintos* à luz dos eventos recentes

Writings of the genocide: *A fome* and *The famished* in the light of the recent events

João Luiz Xavier Castaldi[1]

RESUMO: Faz-se aqui uma reflexão sobre como os eventos ocorridos entre 2020 e 2021 forçaram um novo olhar sobre nosso estudo comparativo – entre os romances *A fome*, de 1890, do brasileiro Rodolfo Teófilo, e *Famintos* (1962), do cabo-verdiano Luís Romano – que se iniciou em 2019. O retrato literário, mas também documental, dos genocídios engendrados pela fome, pela doença e pela apatia (às vezes, sabotagem) do poder público ganhou assim uma nova camada em meio à pandemia que vivenciamos.

ABSTRACT: Here a reflection is made on how the events that occurred between 2020 and 2021 forced a new look at our comparative study – between the novels *A fome*, from 1890, by the Brazilian Rodolfo Teófilo, and *The famished*, (1962), by the Cape Verdean Luís Romano – which began in 2019. The literary, but also documentary, portrait of the genocides engendered by hunger, disease and the apathy (sometimes, sabotage) of the public authorities gained a new layer in the pandemic we are experiencing.

PALAVRAS-CHAVE: Genocídio; Rodolfo Teófilo; Luís Romano.

KEYWORDS: Genocide; Rodolfo Teófilo; Luís Romano.

[1]Licenciatura em Letras. Mestre em Literatura e Cultura Russa e doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa (PPGECLLP/USP). Bolsista CAPES.

Nosso objetivo com este texto é fazer um breve balanço dos resultados parciais de um trabalho comparativo iniciado há cerca de três anos e atravessado por uma brusca mudança de ritmo e métodos ocasionada pela rápida disseminação do coronavírus, cujo impacto, como se sabe, sentiu-se em todo lugar, incluindo a Universidade. Outrossim, visto que os romances que formam o corpus dessa pesquisa tratam de genocídios perpetrados ou acentuados pela má gestão pública, torna-se quase inevitável – e, em alguma medida, produtivo – o cotejo entre os eventos retratados nas obras e aqueles vivenciados em nosso país nos anos de 2020 e 2021.

Os objetos de nossa análise são os romances *A fome*: cenas da seca no Ceará, publicado no Ceará em 1890 pelo brasileiro Rodolfo Teófilo, e *Famintos*, do cabo-verdiano Luís Romano, escrito ao longo da década de 1940 e publicado oficialmente cerca de quinze anos depois, no Brasil. Ambos os autores destacaram-se como cidadãos inquietos, que escolheram se levantar contra as elites parasitárias que havia tanto em um contexto como no outro, atitude essa que está evidente também no teor documental e denunciador dos livros que escreveram – de forma que, como era de se esperar, nas biografias de Romano e de Teófilo estão presentes a censura, a difamação e a perseguição política com que as citadas elites lhes retribuíram.

O farmacêutico e romancista Rodolfo Marcos Teófilo nasceu em 1853, na Bahia. Foi no Ceará, contudo, que o autor passou não apenas a infância, como quase toda sua vida: dizia-se cearense, e o amor que dedicou a essa província castigada pelas secas e pelo coronelismo ia ao encontro de sua militância em favor dos miseráveis. Entre as lutas cívicas que o autor empreendeu estão o combate à varíola – que incluiu produção e distribuição de vacinas, com recursos próprios –, a criação da Liga Cearense contra o Alcoolismo (à qual se relaciona a invenção da cajuína, refresco criado por Rodolfo como alternativa ao álcool) e a denúncia do descaso dos oligarcas cearenses frente às estiagens que ciclicamente exterminavam parte da população.

Em *A fome*, Teófilo retrata de forma bastante visceral a seca ocorrida cerca de uma década antes (1877–1879), que, combinada à varíola, dizimou cerca de meio milhão de pessoas no sertão nordestino. Trata-se de obra pioneira, visto que, quarenta anos depois, a representação das famílias de sertanejos fustigadas pela estiagem e que se veem forçadas a migrar torna-se tema frequente entre os neorrealistas nordestinos – mesmo a romancista Rachel de Queiroz, que não apreciava o tom grotesco adotado por Rodolfo, concede-lhe esse mérito:

> E a seca serviu-lhe de tema para seu famoso *A fome*, que é dos primeiros, senão o primeiro romance escrito tendo como heróis as vítimas do nosso flagelo regional, e abriu caminho para todos os exploradores do filão, que iriam culminar na obra-prima do gênero, o insuperável *Vidas Secas*, do nosso imenso Graciliano. (QUEIROZ, 1953, p.1)

Muito embora o enredo tenha uma estrutura essencialmente romântica, permeada por coincidências e reviravoltas, cheia de idealizações e exageros a que subjazem o maniqueísmo e a moral cristã, Teófilo – que era também um cientista – escreve com pena naturalista. Assim, tem-se a predileção por um vocabulário cientificista, bastante evidente quando o narrador descreve pormenorizadamente os horrores da doença e da fome:

> O tronco largo e bem desenvolvido mostrava ter sido vestido de uma carnação vigorosa, que havia consumido a fome e deixado nuas as vértebras e as costelas. O espinhaço, como uma coluna de nós, apenas coberto de pele, deixava contar todos os ossos. A ele se articulava a cabeça, um pouco mais vestida do que uma caveira, com um rosto esquálido, a fisionomia carregada de ferocidade de animal faminto. [...] O delírio aumenta, os músculos das faces retesam-se, relaxam-se, executam enfim uma série de movimentos desordenados, de contrações espasmódicas e, na esperança de mastigar as faces da moça, dá um passo para ela, vacila, mas depois firma-se melhor nas pernas, que cambaleiam. (TEÓFILO, 2011, p.62-64)

Luís Romano Madeira de Melo, por sua vez, nasceu em um país que ainda não era de fato um país, pois Cabo Verde, à época do nascimento do autor (1922), estava submetido ao jugo colonialista de Portugal. Na década de quarenta, quando Romano redige *Famintos* (que viria a ser sua única narrativa longa), o arquipélago, predominantemente agrícola, passava por uma seca que durou seis anos e que foi em parte coincidente com a Segunda Guerra Mundial, de forma a agravar o isolamento das ilhas. O resultado foi a morte de trinta mil pessoas, desassistidas tanto pela Metrópole quanto pelas elites locais. Ao mesmo tempo, apesar dos muitos entraves impostos pela censura do Estado Novo, fervilhavam entre os jovens intelectuais cabo-verdianos a inquietação política e a busca por uma identidade artística nacional, movimento iniciado uma década antes com a revista *Claridade*, cujo primeiro número saíra em 1936.

Famintos já nasce como obra impublicável. Diferentemente dos escritores da *Claridade*, que procuravam, na medida do possível, contornar com alguma sutileza os limites impostos pela PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado, órgão repressor do regime salazarista), o jovem Luís Romano parte para uma denúncia direta. As observações que o autor fizera a partir de sua atuação como vigia ("olheiro") nas obras públicas de abertura de estradas, "oportunidades de trabalho" que no fim das contas serviam para matar mais rapidamente os camponeses desesperados pela fome – não raro, expiravam ainda à espera do primeiro pagamento –, tornaram-se um romance fragmentado, formado por "quadros", em cujas primeiras cenas veem-se justamente os procedimentos adotados pelos capatazes nos "caminhos-de-estado":

> Levantou-se, procurando seguir o ritmo dos outros, atazanado pela asma, e desviar a atenção do capataz que sentia quase sobre ele, que talvez fosse perdoado e amanhã ganhasse mais um dia. Procurou as forças que lhe restavam e golpeou a terra. A tosse tapou-lhe a garganta. De novo largou a picareta. Ninguém se atrevia a desviar o rosto ou prestar-lhe auxílio. Lúcio observava. Paulino abriu o mais que pode a boca e caiu, estorcendo-se, as calças manchadas de urina.

> – É de propósito. Já o conheço. Pegue no trabalho, safado. Lúcio sacudiu-o pelos ombros. O punho fez aríete e bateu nos dentes do cabouqueiro. Sangue desceu-lhe em fios pelo pescoço, enodoando a camisa. A mão do chefe tornou a bater no mesmo sítio. (ROMANO, 1983, p.44)

Dado seu teor explícito, o livro de Luís Romano circulou apenas de forma clandestina até 1962, quando o autor consegue publicá-lo em terras brasileiras. O escritor viu-se forçado, conforme seu manuscrito se tornava conhecido, a partir para o exílio no norte da África, na Europa, e por fim no Brasil, onde acabou por se instalar definitivamente. Romano veio a falecer em 2010, no Rio Grande do Norte. Cerca de um ano antes de sua morte, conseguimos uma brevíssima interlocução com o escritor – facilitada por sua filha, Maria Tereza, através de cartas –, que teve de ser interrompida devido à piora no estado de saúde do autor. Nessa curta correspondência, Luis Romano referiu-se a *Famintos* como "livro que me condenou a desaparecer", e afirmou: "Felizmente, graças ao Brasil, desde 1960, encontrei condições de conseguir escrever sob proteção legal, e publicar essa 'DENÚNCIA'" (ROMANO, 2009, s.p.) . Isso nos dá uma ideia do custo pessoal que a obra acarretou ao escritor, e da consciência, tanto por parte do autor quanto por parte da PIDE, de que, mais do que uma ficção de caráter social ou neorrealista, tratava-se de ação interventiva: uma DENÚNCIA, em caixa alta.

Semelhante fardo foi assumido por Rodolfo Teófilo, no decorrer de sua trajetória como escritor e como sanitarista. As piores sanções, indubitavelmente, vieram após sua campanha de vacinação independente. Segundo Lira Neto, biógrafo do autor:

> O gesto de Rodolfo foi visto com reservas pela oligarquia que então dominava a política local. A campanha de vacinação em massa, promovida por um particular, era entendida como uma denúncia eloquente, um libelo contra o eterno descaso do poder público. Por isso mesmo, Rodolfo passou a ser perseguido pelas autoridades cearenses da época.
> Primeiro, demitiram-no do quadro estadual de professores do Liceu do Ceará e, depois, pelos jornais, fez-se intensa carga contra sua fábrica de cajuína [...]. Publicou-se na imprensa governista notícias

> insidiosas de que a cajuína era uma beberagem nociva à saúde coletiva. Ao mesmo tempo, o governo cearense riscou a farmácia de Rodolfo Teófilo da lista de fornecedores de medicamentos para o estado.
> Para completar a estratégia de difamação e descrédito, o próprio inspetor de saúde, Meton de Alencar, veio a público para declarar que a vacina fabricada por Rodolfo em seu laboratório particular era suspeita de transmitir, como ação colateral, a meningite em crianças pequenas. (LIRA NETO, 2011, p.365)

Ainda nesse sentido vale a menção, muito embora seja obra estritamente documental, à *História da seca no Ceará* (1877 a 1880), largamente citada por Josué de Castro em sua *Geografia da fome* – que ele, inclusive, dedica a Rodolfo Teófilo. O referido livro de Teófilo surge após uma polêmica envolvendo senadores do Rio Grande do Sul e do Ceará. Segundo nos informa Ednilo Gomes de Soárez, autor de uma pequena biografia de Rodolfo, no terrível ano de 1878, em meio à estiagem retratada em *A fome*, o senador Silveira da Mota (Rio Grande do Sul) propôs a redução das verbas federais destinadas ao Ceará, com o argumento de que a província seguia firme na produção e na exportação de farinha – o que provaria que a seca não era um problema real. Os senadores do Ceará, por sua vez, foram omissos ou coniventes com a fala de Silveira da Mota, o que enfureceu Teófilo e o motivou a escrever sua detalhada pesquisa, publicada em 1883:

> Rodolpho Theóphilo, indignado, só sossegou quando após minucioso levantamento nas certidões da alfândega, provou em seu livro *História da Seca no Ceará* que não saíra um grão sequer de farinha do Ceará no referido período, e, assim, demonstrou que o Senador Silveira Mota havia falseado a verdade. Dessa forma, Rodolpho sentiu, bem fiel ao seu amor ao Ceará e à verdade, que havia desfeito a mancha de uma mentira histórica e que custara centenas de vidas dos cearenses. (SOÁREZ, 2009, p.212)

Dessa forma, podemos dizer que, ao lado do romance *A fome*, a *História da seca* é exemplo de como Rodolfo usou a palavra impressa como forma de intervir socialmente, e também de legar aos leitores de outros estados e outras épocas o registro do que realmente aconteceu entre 1877 e 1879.

Levantando os pareceres críticos a respeito dos romances de Teófilo e de Luís Romano, vemos que um traço comum à fortuna crítica de ambos é a noção, mais ou menos consolidada, de que eram escritores medianos, não obstante os encargos que assumiram como cidadãos ativos e insurretos. É consenso dizer que *Famintos* foi obra singular no rol dos livros cabo-verdianos sobre a seca, mas, via de regra, a constatação vem acompanhada de comentário negativo sobre seu valor estético:

> De uma virulência extrema pelo modo como aborda de forma clara, nua e crua, o fenómeno da fome em Cabo Verde, o romance *Famintos* permanece como caso único em Cabo Verde. Não obstante as suas nítidas deficiências no que tange à sua conformação literária, ele constitui certamente a primeira obra de denúncia total de todo um sistema colonial e de toda a economia da fome em Cabo Verde [...]. (ALMADA, 1998, p.169)

Para ficarmos em apenas alguns exemplos, as observações de Manuel Ferreira, crítico pioneiro das literaturas africanas em língua portuguesa, vão ao encontro da análise do ensaísta e escritor José Luís Hopffer Almada, citada acima. Ferreira reconhece méritos na obra de Romano, mas não deixa de apontar "um certo verbalismo na fala dos personagens, funcionando como interferências longas do narrador" (1977, p.68), traço que "prejudica o equilíbrio da estrutura romanesca, cuja verossimilhança ou autenticidade terá sido prejudicada".

Observamos comentários similares sobre a obra de Rodolfo Teófilo, compilados na referida biografia escrita por Ednilo Soárez:

> Adolfo Caminha, autor de A Normalista, um de seus mais cruéis críticos, afirmava que "ele podia ter todas as qualidades de um bom cidadão, mas em tempo algum conseguirá um lugar proeminente na literatura nacional".
> Outro crítico, José Veríssimo assim se expressa [...]: "romance de linguagem incorreta, pobre, descolorida, pouco artística". (SOÁREZ, 2009, p.218)

O próprio biógrafo , após elencar etsas e outras citações, pondera que

> Em suas obras, sente-se o chamamento constante, a necessidade premente. Talvez se tivesse escrito em uma conjuntura mais favorável, tivesse em mente a beleza do texto, garimpasse melhor as palavras, dando-lhes um sentido mais apurado e, ao mesmo tempo, adotasse um estilo literário mais elegante. (*Ibidem*, p.218-219)

Essa "necessidade premente" aludida por Soárez mostra-se, de certa forma, uma característica ambígua, quando se trata de avaliar um texto literário. Sabe-se que não é incomum o entendimento "formalista" de que a militância explícita pode tornar o texto menos artístico, ou meramente panfletário. Contudo, não podemos deixar de levar em consideração o fato de que invariavelmente cabe à arte, também, suprir necessidades que variam conforme o contexto em que se encontra o artista. Essas podem ser desde a fundamental "necessidade universal de ficção e de fantasia, que de certo é coextensiva ao homem, pois aparece invariavelmente em sua vida, como indivíduo e como grupo, ao lado da satisfação das necessidades mais elementares", aludida por Antonio Candido (1999, p.82-83), até algo mais específico e combativo, como denúncias de eventos de grande mortandade que jamais seriam publicadas nos jornais controlados por oligarquias ou censurados por um aparato repressor colonialista. Assim, para além da discussão sobre os supostos prejuízos estéticos que a ênfase social explícita pode trazer ao texto literário, não se pode esquecer de que *Famintos* e *A fome* são também testemunhos daquilo que os autores de fato vivenciaram e que os governos locais procuravam esconder.

Tendo em mãos as obras desses dois autores e vivenciando a partir de 2020 o medo e as mudanças a todos nós impostas pela pandemia da COVID-19, tornam-se inevitáveis algumas associações. Rodolfo Teófilo, cento e vinte anos atrás, percorria pessoalmente as "areias" (periferias) de Fortaleza a fim de convencer a população da importância de se vacinar. O escritor queria evitar que voltassem os dias como o "Dia dos Mil Mortos", em dezembro de 1878, quando o principal cemitério de Fortaleza recebera 1.004 vítimas da varíola e da fome.

Enfrentava, contudo, o medo da população, receosa de se submeter à imunização, e a sabotagem do poder público – que, como já afirmado, não apenas negava a fome, como também, ressentido com a iniciativa de Teófilo, fazia campanha contra sua vacina. No Brasil, desde 2020, a realidade que temos visto não é tão diferente, apesar de mais de um século transcorrido: parte da população a propagar as mais absurdas invenções sobre supostos efeitos colaterais da vacina contra a COVID-19, enquanto alguns grupos de políticos, empresários e indivíduos influentes minimizam o problema e contribuem para a desinformação. Para a parcela da população que normalizou 4.000 mortes diárias decorrentes do coronavírus, o "Dia dos Mil Mortos" não traz lição alguma.

No ensaio "Narrar o trauma", ao comentar a obra de Primo Levi, sobrevivente do Holocausto, Márcio Selligmann-Silva alude à metáfora da arte como um "escudo de Perseu" – uma forma de dar a outros uma ideia do que realmente ocorreu em um evento inenarrável: "Neste escudo miramos os olhos da Górgona que, segundo Primo Levi, matou ou emudeceu aqueles que chegaram ao fundo do sistema concentracionário e se deparam com eles" (2008, p.71). No mesmo texto, Selligmann-Silva disserta sobre os intelectuais, ou detentores de algum conhecimento técnico, que estavam mais acima na hierarquia do campo de concentração – "paradoxais 'privilegiados' dentro do inferno" (*Ibidem*, p.68) –, dentre os quais o próprio Levi, cuja obra *Os afogados e os sobreviventes* ele cita:

> [...] a história do Lager foi escrita quase exclusivamente por aqueles que, como eu próprio, não tatearam seu fundo. Quem o fez não voltou, ou então sua capacidade de observação ficou paralisada pelo sofrimento e pela incompreensão" (LEVI, 1990, p.5)

Parece-nos que, em sua essência, a postura assumida por Luís Romano e Rodolfo Teófilo vai ao encontro do que afirma Primo Levi. São intelectuais, relativamente abastados, que tiveram a oportunidade de se resguardar do pior e que escolheram falar por aqueles que "tatearam o fundo" – como as crianças famintas que vagavam entre cadáveres nos casarões de socorros públicos de Santo

Antão e os desesperados que acreditaram na propaganda do governo e migraram rumo a São Tomé e Príncipe apenas para encontrar condições análogas à escravidão, conforme documentado em *Famintos*, ou como os sertanejos esqueléticos que se arrastavam até Fortaleza para morrer nas praças ou nos lazaretos em meio à varíola, conforme o descrito em *A fome*. A "Carta" que serve de prefácio a *Famintos* é didática nesse sentido, e reveladora da intenção de falar por aqueles que não têm nome ou voz, e que foram reduzidos a uma estatística: "... nascidos na humildade da sua espécie os Sem-Nome baquearam na treva horrível. Ligados pela mesma desdita, seus nomes fundem-se no silêncio que ainda fala por eles" (ROMANO, 1983, p.41).

Talvez possamos mesmo dizer que em alguma medida, e guardadas as devidas proporções, algo semelhante a esse mesmo sentimento também motivou muitos trabalhadores tecnicamente ou academicamente qualificados no Brasil pandêmico, e aqui se incluem pesquisadores e professores universitários. Afinal, muito embora seja frequente (e mesmo compreensível) certa tendência ao desânimo e à prostração, em um país em que se propagou tanta desinformação e onde se viu tanta má vontade por parte de certos setores da sociedade que seriam essenciais para uma melhor gestão da crise, há também a noção do privilégio que representa, nesse mesmo país, poder resguardar-se e seguir trabalhando, por meios digitais e em relativa segurança.

Referências bibliográficas

ALMADA, José Luís Hopffer. A ficção cabo-verdiana pós-claridosa: aspectos fundamentais da sua evolução. In: VEIGA, Manuel. (Coord.). *Cabo Verde*: insularidade e literatura. Paris: Karthala, 1998, p.167-185.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. *Remate de males*, n. especial Antonio Candido, IEL-Unicamp, Campinas, p.81-89, 1999. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/issue/view/357>. Acesso em: 23 abr. 2022.

FERREIRA, Manuel. *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: ICP, 1977.

LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LIRA NETO, João da. Um homem contra o poder e a peste. *In*: TEÓFILO, Rodolfo. *A Fome*: Cenas da Seca do Ceará. São Paulo: Tordesilhas, 2011.

QUEIROZ, Rachel de. Rodolfo Teófilo.*O Cruzeiro*, seção ùltima página, Rio de Janeiro, mai. 1953.

ROMANO, Luís. *Famintos*. Lisboa: Ulmeiro, 1983.

_____. Correspondência de Luís Romano e João Luiz Xavier Castaldi. Natal, RN/São Roque, SP, 9 jul. 2009. Acervo pessoal.

SELLIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas.*Psicologia Clínica*, v. 20, n. 1, PUC, Rio de Janeiro, p.65-82, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/5SBM8yKJG5TxK56Zv7FgDXS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 23 abr. 2022.

SOÁREZ, Ednilo Gomes de. Rodolpho Teóphilo (O polivalente polêmico). *Revista do Instituto do Ceará*, v. 123, Fortaleza, p.198-237, 2009. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2009/08_Art_RodolfoTheophilo.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2022.

TEÓFILO, Rodolfo. *A fome*: cenas da seca do Ceará. São Paulo: Tordesilhas, 2011.

Recebido em 28/04/2022
Aceito em 10/06/2022